

Susana Rolim

De: José Manuel Vicente [jose.manuel.vicente.jmfv@gmail.com]
Enviado: quarta-feira, 18 de Setembro de 2013 22:24
Para: DAC Correio
Assunto: Proposta Lei 171/XII

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
COFAP	
N.º Único	474719
Entrada/S.º	820
Data	19/9/20

Contributo para apreciação pública:

É necessário honrar os compromissos que o estado assumiu com os seus trabalhadores - atuais reformados, que descontaram durante longas carreiras contributivas para a cga e agora o governo quer cortar nas suas reformas, que foram definidas e atribuídas (ato determinante) pela cga segundo a legislação em vigor na altura. Não se percebe nem se pode aceitar que esse mesmo governo faça exceções de cortes nas pensões dos (mais poderosos): juízes, diplomatas e subvenções vitalícias, sendo que os beneficiários destas últimas contribuíram poucos anos para as pensões elevadas que auferem. Para além disto tenho que dizer que o estado nunca descontou como entidade empregadora para a cga e, principalmente, por isso é que existe o défice de que o Secretário de Estado da Administração Pública tanto tem falado à opinião pública. O estudo que fizeram previamente compara pensões da CGA: de juízes, militares, médicos, professores, forças de segurança, enfermeiros, técnicos superiores com, essencialmente, operários, trabalhadores agrícolas e quiçá com pensionistas do regime não contributivo da Segurança Social, o que é manifestamente incomparável. Estes cortes são, inconstitucionais, desumanos e insensatos. Quando há despesas com as ppp's, rendas, swaps, fundações, institutos, nº. de autarquias, nº. de deputados e BPN, que poderiam ser reduzidas, o governo prefere reduzir o rendimento daqueles (os mais fracos) que trabalharam uma vida inteira. Os atuais governantes também poderão um dia chegar a seniores (velhos) e depois, talvez, possam vir a sofrer as consequências nefastas duma lei tão desumana e injusta que eles próprios fizeram. Isto é o oposto do que o atual 1º. Ministro prometeu aos portugueses antes de ir para o governo. Os acordos quer sejam nacionais ou internacionais devem ser todos honrados e não só os internacionais em detrimento dos nacionais (reformados da cga). É que se querem que sejamos todos iguais então não se esqueçam dos juízes, diplomatas, políticos e dos funcionários do BDP e CGD e dêem-lhe um tratamento igual, por que todos demos o nosso contributo para o país e temos o direito a viver com algum conforto e dignidade. Há pessoas que recebem milhões por ano e outros apenas uns míseros cêntimos. Começa e ser muito difícil viver e a não fazer qualquer sentido da forma como nos querem pôr.

José Manuel Vicente